

HENRIQUE ROESSLER E A PROTEÇÃO À NATUREZA NO RIO GRANDE DO SUL

ELENITA MALTA PEREIRA*

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar brevemente a trajetória de Henrique Luiz Roessler, um importante agente da proteção à natureza no Rio Grande do Sul, nos anos 1939-63. Através do estudo da trajetória de Roessler, acredito que foi possível chegar a um panorama das práticas e ideias sobre proteção à natureza nos anos 1930-60 no Estado, contribuindo, dessa forma, para o campo da história ambiental.

Palavras-chave: Henrique Luiz Roessler; fiscalização florestal; fiscalização da caça e da pesca; campanhas educativas para a proteção à natureza no Rio Grande do Sul.

Abstract: This text aims to present briefly the trajectory of Henrique Luiz Roessler, an important agent of protection of nature in Rio Grande do Sul, in the years 1939-63. Through the study of the trajectory of Roessler, I believe that it was possible to reach an overview of the practices and ideas on protection of nature in the years 1930-60 in the State, thus contributing to the field of environmental history.

Key-words: Henrique Luiz Roessler; forest supervision; hunting and fishing supervision; educational campaigns to protection of nature in Rio Grande do Sul.

1. Introdução

A trajetória de Henrique Luiz Roessler (1896-1963) foi marcada pela proteção à natureza no Rio Grande do Sul. Foi nomeado Capataz do Rio dos Sinos, do Ministério da Marinha, em 1937. De 1939 a 1954 exerceu os cargos não-remunerados de Delegado Florestal Regional (do Serviço Florestal) e de Fiscal de Caça e Pesca, ambos subordinados ao Ministério da

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: elenitamalta@gmail.com

Agricultura, através dos quais possuía autoridade para fiscalizar o reflorestamento, a caça e a pesca, bem como para assinar editais do serviço público. Em 1 de janeiro de 1955, em São Leopoldo, fundou a primeira entidade para proteção de todos os elementos naturais no Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza - UPN. Em 15 de fevereiro de 1957, passou a escrever crônicas para o Suplemento Rural do jornal *Correio do Povo*, espaço que ocupou frequentemente, às sextas-feiras. Até uma semana antes de falecer, no ano de 1963, ele escreveu sobre reflorestamento, criticou caçadores e pescadores irresponsáveis, bem como denunciou maus-tratos a animais, a poluição dos rios e avaliou as consequências do tão propagado “progresso”.

Nesta palestra, meu enfoque é apresentar brevemente a trajetória de Henrique Roessler, no que acredito que ela pode contribuir para o campo de estudos da História Ambiental. Em meu Mestrado, escrevi uma biografia histórica de Roessler, tratando sua trajetória, as ideias presentes em sua produção intelectual e a memória construída sobre ele (PEREIRA, 2011). Uma biografia, construída a partir da metodologia da micro-história, em que “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos” (REVEL, 1998, p. 20), não se esgota na análise do indivíduo. Na verdade, é uma forma de se chegar, através da análise da vida de um sujeito, a um contexto mais amplo. No caso do estudo da trajetória de Roessler, acredito que foi possível chegar a um panorama das práticas e ideias sobre proteção à natureza nos anos 1930-60, no Rio Grande do Sul, contribuindo, dessa forma, para o campo da história ambiental.

A história ambiental trata, em linhas gerais, “do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201). Entre as questões básicas da história ambiental estão as próprias noções de “natureza”, as interações do domínio socioeconômico com o ambiente, o âmbito ético, de valores, na dinâmica homem-natureza, e o pensamento crítico-ambiental, na qual a análise do projeto protecionista de Roessler se insere.

Roessler é tratado em muitos discursos como “primeiro

ecologista”, ou “pioneiro da ecologia” no Estado. Isso me chamou a atenção, quando tive contato com suas crônicas em 2005, apresentadas a mim pelo ecologista Augusto Carneiro, um dos fundadores da AGAPAN (entidade da qual Roessler foi escolhido como patrono, inclusive). No entanto, quando resolvi estudar sua trajetória no mestrado, não tomei sua obra como “raiz”, ou “origem” do movimento ecologista posterior; do contrário, examinei-a inserida no campo de possibilidades dos anos 1930-1960, em que a pesquisa revelou já existir um considerável debate sobre questões ambientais. Não considero o projeto de Roessler “como algo já dado ou identificável desde o princípio, mas sim construído em meio a conflitos de toda a ordem que não necessariamente deveriam estar vinculados diretamente, por exemplo, a ideias de preservação ou conservação do meio ambiente” (GERHARDT, ALMEIDA, 2005, p. 6).

Como Franco e Drummond (2009) que, preocupados com a historicidade, evitaram o uso dos termos “ambientalismo”, “ecologia política” e “desenvolvimento sustentável”, creio que a noção que melhor define a atuação de sujeitos contra a destruição ambiental na primeira metade do século XX seja “proteção à natureza”. Duarte (2010), ao analisar a trajetória de três cientistas vinculados ao Museu Nacional¹, utiliza a mesma expressão e entende, especialmente para o período dominado por Vargas, que a questão da proteção à natureza apareceu como um assunto educacional, importantíssimo para a construção da nação brasileira. Foi no âmbito dessa expressão, inserida num projeto maior, de construção da identidade nacional brasileira, que o personagem desta pesquisa agiu: ela aparece no nome da entidade que fundou, a “União Protetora da Natureza”, em suas crônicas jornalísticas e documentos pessoais. A seguir, apresento sucintamente o personagem Roessler, suas práticas e ideias no contexto brasileiro em que pode desenvolver seu projeto de proteção à natureza².

1 Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), Cândido de Mello Leitão (1886-1948) e Alberto José Sampaio (1881-1946).

2 Os documentos citados neste texto encontram-se guardados nos seguintes arquivos: Arquivo Privado de

2. Um Delegado Florestal

O cargo de Delegado Florestal Regional era um cargo fora da folha de pagamento do Serviço Florestal. Roessler não recebia remuneração por exercê-lo. A nomeação era realizada por meio de portarias ministeriais, não havendo um vínculo empregatício direto com o Ministério da Agricultura.

No primeiro Código Florestal brasileiro (BRASIL, Decreto-Lei nº 23.793, 23/01/1934), constava, entre as medidas da União para defender as florestas, a criação de uma Polícia Florestal. Roessler, que já era Capataz do Rio dos Sinos, se ofereceu para fazer parte dessa polícia, pois em suas viagens de inspeção pelo rio havia percebido “a derrubada de mato em suas margens e pesca por meio de bombas de dinamite” (JUS BRASIL, 25/03/1939), conseguindo ser nomeado em 1939 como Delegado Florestal. A partir de 1944, através da Portaria Ministerial nº 718, os Delegados Florestais também ficaram incumbidos da fiscalização da caça e da pesca, observando os “direitos e deveres consignados nos artigos 46 e 47 e seus parágrafos, do Código de Caça” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943). Além da fiscalização, os funcionários ficavam encarregados de cobrar taxas, receber papéis, assim como expedir licenças referentes à caça. A portaria designava que todos os Delegados Florestais fossem subordinados ao Delegado Florestal de São Leopoldo (ou seja, Roessler), que, por sua vez, deveria manter “estreita colaboração com o Posto de Fiscalização de Caça e Pesca de Porto Alegre” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 22/11/1944)³. A partir da publicação dessa portaria, Roessler passava a ser o chefe dos Delegados Florestais do Rio Grande do Sul.

Os cargos no Ministério da Agricultura eram funções policiais. Os Códigos Florestal e de Caça equiparavam os

Henrique Roessler (APHR), em São Leopoldo; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), em Porto Alegre; Biblioteca do Ministério da Agricultura (BINAGRI - Brasília); Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ML-RS), em Porto Alegre; Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHIC), em Porto Alegre; Museu Visconde de São Leopoldo (MVSL).

3 O Serviço de Caça e Pesca de Porto Alegre estava vinculado à Divisão Nacional de Caça e Pesca, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

Delegados Florestais e os Fiscais de Caça e Pesca a agentes de segurança pública, permitindo o uso de arma de fogo para defesa, inclusive. Roessler mencionou, algumas vezes, que a função de fiscal era “antipática”, e por conta do rigor com que fiscalizava, teve diversos conflitos com contraventores das leis ambientais, principalmente caçadores.

3. A fiscalização

As diligências de fiscalização, ou “batidas”, eram a principal atribuição de um Delegado Florestal; função mais importante, prevista no Código Florestal (Capítulo IV do Decreto 23.793/34). Era a través da ida às florestas, *in loco*, que os guardas florestais poderiam protegê-las da devastação, seja pelo corte, seja pelo fogo. Da mesma forma, indo até a mata e os rios, era possível impedir a caça e a pesca ilegais.

Em um documento autobiográfico, intitulado “Dados sobre Henrique Roessler” (s/data, APhR), Roessler mencionou os números dos “serviços prestados”, desde sua nomeação, em 1939. Licenças para realizar derrubadas: 16.200; obrigações de reflorestamento já cumpridas: 13.800; reflorestamento efetuado: 50 milhões de árvores; autuação por transgressões florestais: 108; autuações por transgressões do Código de Caça: 1.085. Podemos constatar que o número de autuações na área da caça superava em dez vezes o de autuações florestais. Isso não quer dizer que o Código Florestal não fosse transgredido – muito pelo contrário. Havia entraves no processo de autuação por infrações florestais, dificuldades muito maiores para multar uma contravenção dessa natureza, comparando com a autuação de um caçador.

As Delegacias Florestais eram praticamente órgãos autônomos, não havia padronização nos serviços oferecidos. Além das diligências (mais comuns na fiscalização da caça e da pesca do que das florestas), a função de Delegado Florestal incluía vistorias de propriedades para conferir derrubadas ou

replantio, preenchimento de formulários e arrecadação de taxas. A maior parte dos formulários utilizados nas delegacias florestais gaúchas era confeccionado pelo próprio Roessler.

Em modelos de requerimento de derrubada e termos de compromisso de reflorestamento, o dono das terras solicitava vistoria do Inspetor Municipal, do Fiscal ou do Delegado Florestal de sua zona. Se a madeira restante do corte correspondesse à área maior do que $\frac{1}{4}$ de sua propriedade, não precisaria realizar reflorestamento (medida prevista no Código Florestal). A vistoria do Delegado/Fiscal era necessária para confirmar a veracidade das informações prestadas e orientar o proprietário nos processos tanto de derrubada quanto de replantio. Como os fiscais não recebiam salário, cobravam pelas viagens de vistorias. A legislação que regulamenta a fiscalização não esclarece se essa cobrança era legal, no entanto, era necessária para cobrir as despesas das delegacias, já que eram desprovidas de verbas.

Em 1951, foi publicado um novo regimento para o Serviço Florestal, quando foram criadas nove inspetorias estaduais e medidas para uma maior organização e padronização dos procedimentos (BRASIL, Decreto nº 29.093, 08/01/1951). A centralização no Rio de Janeiro não estava dando certo, as florestas continuavam sendo derrubadas - com licenças concedidas pelos próprios delegados e fiscais florestais, cuja atuação foi criticada na imprensa e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ANAIS, 14/06/1951) e os termos de compromissos de reflorestamento não passavam de papéis assinados ao sabor do vento, revelando a ineficácia na aplicação do Código Florestal. Depois de 12 anos de sua criação, um novo regimento tentava reverter os fracassos do Serviço Florestal.

Quanto à fiscalização da caça, a maioria dos caçadores autuados por Roessler eram flagrados caçando passarinhos, sem licença e sem porte de arma. O problema maior, no que se referia à fiscalização da caça, era a procura de passarinhos para a confecção do prato “passarinhada”, petisco apreciado por grupos étnicos italianos que colonizaram a região nordeste do Rio Grande do Sul. Em vão o Código de Caça - bem como as portarias anuais - proibia a caça de pássaros de pequeno porte, independente

da época do ano. Por tratar-se de um costume cultural muito praticado desde a chegada dos primeiros imigrantes, os caçadores da região (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha e outros municípios de colonização italiana) odiavam Roessler. Uma de suas fiscalizações em Bento Gonçalves, em 1954, resultou num processo judicial contra ele. Além disso, houve uma campanha difamatória contra Roessler na imprensa dessas cidades, promovida por políticos que almejavam eleger-se com votos dos caçadores de passarinhos. Eles se aproveitaram da rivalidade entre o fiscal e os chamados “passarinheiros”, na verdade um conflito interétnico, para promover-se na região.

Foi um dos períodos mais difíceis da vida de Roessler, em que teve que mobilizar sua rede de relações para defender-se no litígio. Roessler era amigo dos “bons caçadores” (os que caçavam dentro da lei e, principalmente, não matavam passarinhos), chegando a ser designado presidente de honra de sociedades de caça e pesca. Tinha também amizade com políticos e autoridades importantes no Estado, por causa de suas funções públicas. No momento de dificuldade, ele recorreu a essas pessoas, solicitando apoio moral e financeiro, para defender-se dos caçadores bentogonçalvenses. Com isso, conseguiu ser absolvido, em 1955.

A fiscalização, em geral, era bem difícil, mas a culpa não era somente dos fiscais e sim da falta de pessoal e aparelhagem necessária. Um dos maiores problemas era a falta de um meio de transporte para o deslocamento até os locais de infração. Roessler solicitava, frequentemente, o *jeep* da fiscalização ao Serviço de Caça e Pesca, em Porto Alegre, especialmente para “atender reclamações autoridades e interessados moralização esporte naqueles municípios [colônia italiana], atualmente o problema mais importante desse serviço” (ROESSLER, Telegrama, 15/03/1954). Esse era o único veículo do qual ele podia dispor eventualmente em suas diligências.

Numa das viagens de fiscalização no jipe, em Bento Gonçalves, em 10/05/1952, Roessler sofreu um grave acidente, que levou a amputação do pé direito e, posteriormente, ao uso de uma prótese mecânica. Por isso, foi obrigado a ficar 10 meses em repouso. Esse período de descanso forçado, em que ficou

todos os elementos pelos quais ele lutava desde 1939: a proteção às florestas do fogo e do desmatamento; a necessidade de reflorestamento; o cuidado para impedir a poluição dos rios; a necessidade de se impedir o extermínio dos animais (silvestres, aves e peixes), ou seja, o problema da caça e da pesca ilegais. E todo esse compromisso – pois se tratava de um juramento – se dava em nome da Pátria, de um “filho do Brasil”, que se orgulhava das riquezas naturais de seu país. O sentimento patriótico movia o amor à natureza, e deveria estar presente na consciência de todos os cidadãos. Ser nacionalista não era opção na época, e sim a tônica da maioria dos discursos até os anos em que o regime militar vigorou no Brasil. Para Roessler, Os panfletos O Serviço Florestal coordenou uma série de campanhas educativas, principalmente através de cartazes, que Roessler distribuía no Estado; os panfletos, para ele, eram necessários, pois “sem uma campanha educativa persistente e eficiente, não é possível desenvolver os serviços que nos foram confiados” (ROESSLER, Correspondência, 15/05/1953).

Em dezembro de 1954, Roessler foi destituído dos dois cargos de fiscalização, porque o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União vigente na época (Lei nº 1.711, de 28/10/1952), vedava a prestação de serviços públicos gratuitos. A correspondência oficial da destituição foi enviada somente em 26 de janeiro de 1955, assinada pelo Diretor Substituto do Serviço Florestal, Victor Abdennur Farah. O conteúdo do Ofício foi reproduzido no jornal *A Hora*:

Cumprindo disposição do Estatuto dos Funcionários Públicos, que veda expressamente a prestação de serviços não remunerados, acabo de assinar portaria dispensando Vossa Senhoria da função de Delegado Florestal Regional no Estado do Rio Grande do Sul, sede em São Leopoldo, que vinha exercendo com eficiência e dedicação desde sua designação, feita a 4 de outubro de 1944, em Portaria nº 335. (...) quero também cumprir o grato dever de agradecer a Vossa Senhoria, em nome do Serviço Florestal, os relevantes serviços que prestou à Nação, fazendo cumprir as disposições do Código Florestal nesse município, colaborando patrioticamente na árdua e meritória tarefa de proteção das nossas reservas florestais (A HORA, 06/03/1955).

Coube ao ex-Delegado Regional despedir os outros delegados do Estado. Além de dispensá-los, convidava-os a participar como

membros fundadores de uma entidade que estava organizando, a União Protetora da Natureza (UPN), “a fim de colaborar com o governo na defesa dos nossos recursos naturais em sentido amplo (...) de âmbito estadual e de finalidades puramente ideais, excluídos quaisquer interesses materiais, a qual terá núcleos em todos os municípios do Estado, para execução do JURAMENTO DE PROTEÇÃO, lançado em 1953 [grifo do autor] (ROESSLER, Ofício, 24/01/1955)”.

4. A União Protetora da Natureza

O afastamento do cargo de Delegado Florestal fez com que a Portaria nº 718, que possibilitava o desempenho da função de fiscal de caça e pesca, perdesse seu vigor. Roessler ficou sem poder fiscalizar tanto as infrações florestais quanto a pesca e a caça. No entanto, mesmo abatido, procurou formas de contornar as limitações do contexto social. Em 1º de janeiro de 1955 fundou a UPN e, durante o mesmo ano, conseguiu reaver a credencial para continuar fiscalizando a caça e pesca, através de contatos com o Diretor da Divisão de Caça e Pesca, Ascanio Faria.

Em setembro de 1955, a credencial já estava recuperada, agora emitida pela Secretaria de Agricultura. O Ministério Federal da Agricultura havia firmado um acordo com a Secretaria Estadual, que implicava o envio de verbas, por parte do órgão federal, no entanto, essas estavam atrasadas, como acontecia quando a responsabilidade era da União. Essa intermediação através de cartas para conseguir a nomeação mostra o nível precário (quase inexistente) de organização da fiscalização no Estado. Tratando-se de uma função policial, necessária para conter os infratores das legislações já existentes, isso demonstrava o descaso para com os elementos naturais. Se a situação era difícil quando Roessler era vinculado à União, quando a fiscalização passou a ser controlada pela Secretaria de Agricultura estadual as condições devem ter ficado bem piores. O Serviço de Caça e Pesca se encontrava em “situação de penúria (...). Estamos impedidos de viajar, a não ser por conta própria, o que vem em puro proveito dos infratores,

que reiniciam os abusos em grande escala” (ROESSLER, carta, 19/09/1955). O descaso com a fiscalização, expresso no atraso das verbas necessárias, partia do próprio Estado.

Nove meses após sua fundação, a UPN já estava forte, contando com 160 associados, e Roessler já havia solicitado a todos os jornais do Estado a publicação de propaganda educativa. Os principais objetivos da entidade visavam à educação sobre a proteção da natureza e à formulação e aplicação de leis ambientais (UPN, Estatutos, 1955). Os Estatutos da entidade se alicerçavam no mesmo pilar do projeto de Roessler, desenvolvido desde que assumiu o cargo de Delegado Florestal, em 1939: a proteção à natureza. Para que seu projeto fosse mais facilmente assimilado – principalmente pelos jovens e crianças –, na nova fase, a educação ganhou maior ênfase, encarada como um dos pontos-chave da atuação da UPN. O outro elemento fundamental era o aprimoramento da lei, necessário para tornar mais eficiente a repressão e punição dos que destruíssem a fauna e a flora.

A proposta de educar para a proteção da natureza não era nova no Brasil. Bem antes, a Sociedade dos Amigos das Árvores tinha recomendações parecidas. Fundada em 1931, no Rio de Janeiro, pelo médico e botânico Alberto José Sampaio e por outros “patriotas”, queria ser a “sentinela vigilante do nosso ameaçado patrimônio florestal” (SAMPAIO *apud* FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 44). A Sociedade dos Amigos das Árvores (SAA) organizou a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934 e, no discurso de abertura, o presidente da SAA, Leôncio Correa, mencionou que “não bastava a elaboração de leis, fazia-se essencial cumpri-las e punir os infratores. Seria fundamental uma campanha educacional para despertar nas crianças, desde a mais tenra idade, o amor às árvores e aos animais, e a criação de uma escola florestal nos moldes existentes na Itália e nos Estados Unidos” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 45). Na palestra “Defendamos a natureza!”, 23 anos depois, Roessler propôs medida semelhante: a implantação de Bosques Escolares nas escolas, “de tanto sucesso na Alemanha, onde já existiam 3.000” (ROESSLER, 2005, p. 95), nos quais os estudantes aprenderiam *in loco* sobre

as plantas e a necessidade de preservá-las. As propostas das duas entidades eram muito parecidas, considerando a educação o meio mais eficaz para atingir o objetivo da proteção à natureza. É interessante ressaltar que os presidentes da UPN e da SAA se referiam a experiências exitosas no exterior para demarcar o atraso brasileiro relativo ao assunto.

A UPN se mantinha com doações de sócios e simpatizantes, como estipulavam seus Estatutos. Não sabemos se chegou a receber donativos do poder público. Com frequência, o Presidente reclamava do atraso dos sócios em suas contribuições. Era o dinheiro arrecadado por Roessler em palestras e o patrocínio de empresas que pagava as contas da associação.

Roessler publicou um artigo no jornal *Correio do Povo*, no qual constam as realizações da UPN, em abril de 1958, quando havia passado mais de três anos de sua fundação e ela já possuía 250 sócios. Em “As atividades da União Protetora da Natureza” (ROESSLER, 11/04/1958), esclareceu que a entidade tinha

finalidades puramente idealísticas e, por isso, com poucos recursos está realizando muito. É centro de irradiação de um vasto programa educacional e de orientação popular, por meio da imprensa, rádio e cartazes ilustrados, de distribuição gratuita e direta aos interessados. Procura criar boas relações entre a humanidade e a natureza, a fim de preservá-la de destruição, especialmente as matas virgens. Ensina praticamente o reflorestamento e fomenta o amor e respeito aos animais silvestres, empenhando-se em criar uma nova mentalidade conservadora. Presta efetiva cooperação às Instituições Oficiais de Proteção à Flora e Fauna. Não está sujeita a influências políticas. Não modifica seu programa de ação com as sucessivas mudanças de Governo. É uma Entidade Livre.

Também as revistas *Lavoura Arrozeira* e *Chácaras e Quintais*⁵ publicaram artigos sobre a UPN, a última teria alcançado, segundo Roessler, “a mais ampla repercussão, tornando a Sociedade conhecida em todo o Brasil, conforme provam os pedidos de material de propaganda vindos de vários estados, desde Pará, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Rio, São Paulo, etc”. Tanto entidades oficiais quanto particulares pediram cartazes para servirem como modelo para

⁵ As reportagens em ambas as revistas mencionadas por Roessler podem ser consultadas no MCSHC. Tratava-se de divulgação importante da entidade: a *Lavoura Arrozeira* era distribuída em todo o Estado e a *Chácara e Quintais*, que circulou de 1909 a 1971, foi considerada uma das revistas mais importantes do Brasil “não apenas como produção agrícola, mas como marco do periodismo da época” (MARTINS, 2001, p. 299).

iniciativas semelhantes. Além disso, a UPN ficou conhecida no exterior, pois seu material foi solicitado pelo escritório Florestal da Organização das Nações Unidas (F. A. O.), no Rio de Janeiro, para ser exposto em uma exposição florestal, em Nova Déli, na Índia, “com a solicitação do direito de aproveitar os modelos para impressão de folhetos de propaganda em outros países, tanto na América Latina, como do Velho Mundo, fato que demonstra seu valor” (ROESSLER, *Correio do Povo*, 11/04/1958). No final de 1960, os panfletos já chegavam em 3.000 escolas, a UPN contava com 300 sócios e recebia constantemente pedidos de folhetos de propaganda, “até do centro e norte do Brasil [que] precisam ser atendidos, sob pena de fracasso da finalidade da Sociedade” (ROESSLER, *Correio do Povo*, 18/11/1960).

5. A campanha educativa da UPN

Cartazes educativos já eram emitidos pelo Ministério da Agricultura, na forma de editais, quando Roessler ocupou o cargo de Delegado Florestal. Inclusive alguns desses panfletos foram aproveitados, com pequenas alterações, e distribuídos pela UPN. Entretanto, no geral, com a nova entidade, o caráter da campanha educativa mudou, deixando de ser legitimada por documentos oficiais, passando a ser veiculada por panfletos com mensagens mais diretas, reforçadas por desenhos ou fotografias. Ao mesmo tempo em que comandava as atividades da UPN, entre 1958 e 1963, ele escrevia crônicas para o *Correio do Povo*, proferia palestras em clubes, escolas e fiscalizava a caça e a pesca. Foi o período de maior autonomia e produção intelectual de nosso personagem: o auge de seu projeto de proteção à natureza.

A estratégia da propaganda⁶ através de panfletos, livretos, aliando textos e desenhos ou fotos, foi uma prática comum na época em que Roessler assumiu o cargo de Delegado Florestal, quando vigorava o Estado Novo (1937-45). A propaganda

6 Para Capelato (1996, p. 328), “a referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional, eficaz na conquista de adesões políticas”.

estadonovista “orientava uma campanha de valorização nacional, procurando instilar um espírito de patriotismo e de confiança em relação ao país e seu futuro”. Através de rádio, livros, panfletos e até do cinema, difundiam-se mensagens para enaltecer a nação e suas “belezas naturais”. Com o objetivo de sugerir um futuro grandioso para o país, a natureza era apresentada de maneira extremamente positiva, no enaltecimento das “terras férteis”, nas “jazidas de incontestável pureza” (GARCIA, 1999, p. 114-15). Para que essas mensagens fossem compreendidas pela população, instituições como a escola, a imprensa e a igreja eram fundamentais.

Nos anos finais de vida, Roessler proferiu palestras em escolas e clubes assistencialistas, como Rotarys e Lyons, nas quais ele tratava dos problemas ambientais da época no Rio Grande do Sul, tentando convencer as plateias da necessidade de proteger a natureza, e, sempre que possível, pedia doações para a UPN. Além das palestras, a campanha educativa se estendia às crônicas publicadas no *Correio do Povo*. Foram cerca de 300 textos, publicados de 15 de fevereiro de 1957 até 22 de novembro de 1963, na Seção “Assuntos Rurais” e no Suplemento *Correio do Povo Rural*. Segundo Vinícius Bossle, Roessler teria conseguido a coluna semanal pelo prestígio que foi adquirindo, através de seu trabalho⁷. Na época, o Diretor do Suplemento era o agrônomo Paulo Annes Gonçalves, já conhecido de Roessler, pois foi eleito membro da diretoria da UPN em 1956, com o cargo de conselheiro fiscal da entidade. A amizade com Gonçalves, aliado ao prestígio de Roessler, abriu as portas para que ele pudesse ocupar a coluna semanal.

Essa produção, em três diferentes suportes - **palestras, crônicas jornalísticas e panfletos** -, tinha finalidade predominantemente educativa. Visava atingir diferentes públicos: alunos e professores, membros de clubes assistencialistas, caçadores, pescadores, agricultores, etc. Nos três instrumentos de ação, trabalhava questões referentes à temática ambiental da

7 BOSSLE, Vinícius. Entrevista à autora. Lomba Grande, 17/11/2010.

época, com o objetivo de chamar a atenção das crianças e dos jovens, “as gerações futuras”, para a necessidade de proteger a natureza. Através desse material, Roessler divulgou ideias sobre a problemática das águas (poluição industrial, despejo de substâncias tóxicas por curtumes da região do Vale do Rio dos Sinos, pesca com dinamite e aparelhos proibidos, morte de peixes nas bombas de sucção na irrigação das lavouras de arroz, etc); a questão florestal (desmatamento e reflorestamento); a proteção aos animais (vivissecação, impacto da moda - casacos de peles e acessórios com penas de aves -, crueldades, direitos dos animais); a caça em geral e, principalmente, dos passarinhos; a constituição de parques e reservas naturais; os problemas das grandes cidades; as implicações do progresso, entre outros.

Através de suas crônicas no *Correio do Povo* e de suas palestras, criticou duramente o “dia da árvore”. Ele considerava que “em vez de dia de festa, devia ser um DIA DE LUTO pela floresta desaparecida, e deviam chorar de vergonha os que deixaram de cumprir o seu dever” (ROESSLER, 2005, p. 34). O problema era que as pessoas só se lembravam das florestas e celebravam as árvores nesse dia. Durante o resto do ano, o problema ficava esquecido. Propôs “a criação de BOSQUES ESCOLARES (...), que tantos benefícios já proporcionaram à Juventude de outros países, onde foram organizados e constituem fontes de saber, prazer e saúde para alunos e mestres” (ROESSLER, 2005, p. 36). Daniel Prado (2008, p. 174) percebeu nessas orientações “elementos de uma educação ambiental profícua”. A educação ambiental, como área de conhecimento com fundamentos teórico-metodológicos, surgiria somente nos anos 1970, entretanto, já é possível perceber nas práticas de Roessler *características embrionárias* de uma educação ambiental mais “crítica”. *Ainda que não seja o que hoje entendemos por educação ambiental*, acredito que a constatação de Prado seja muito importante, pois confirma a existência de um projeto educativo bem anterior à conformação de um campo de estudos propriamente “ambientais”.

A caça, especialmente de passarinhos, foi o tema mais recorrente na produção intelectual de Roessler. Para ele, o lugar dos pássaros na natureza seria como exterminador de insetos

nocivos, que atrapalhavam o bom desempenho da agricultura. Se os pássaros fossem mortos por caçadores, as pragas de insetos poderiam desenvolver-se livremente, sem os seus predadores naturais para realizar o controle das espécies. Com o aumento das pragas para combatê-las, os agricultores tinham que aumentar o uso de inseticidas, o que, segundo Roessler, não tinha o mesmo efeito que os exterminadores naturais, pois “o veneno não atinge todos os esconderijos debaixo das folhas, nas fendas da casca das árvores, na terra, etc., onde os insetos se ocultam. Este serviço só é feito com perfeição e grátis pelas aves” (ROESSLER, 2005, p. 32).

Entre os panfletos contra a caça de passarinhos, destaco “Retrato de um tarado”, o mais apelativo e chocante a que tive acesso. Roessler usou uma foto real (não um desenho, como a maioria dos outros cartazes), em que aparecia um homem com vários passarinhos mortos nas duas mãos e um colar no pescoço contendo “pios”⁸ para atrair os pássaros. O texto do panfleto elaborado por Roessler era um misto de indignação, revolta e tentativa de convencer as pessoas da brutalidade do ato de comer passarinhos. Ele acusava o “tarado” de “protótipo de uma casta de audaciosos e perversos delinquentes”, e que “malfeitores da espécie do fotografado são os culpados do silêncio de morte que já reina em muitos campos e matas da nossa Pátria”. A foto do “tarado” simbolizava todos aqueles que “no diabólico afã de perpetuar entre nós a desprezível tradição de comer ‘passarinhas’, herdada de antepassados estrangeiros, são exemplo de péssima educação à juventude, brutalizando sua sensibilidade”. Roessler utilizava uma imagem “real”, concreta, para reforçar o imaginário construído nos conflitos anteriores contra os “italianos”, manifesto pela forma como nomeava os caçadores de passarinhos: “selvagens”, “sinistros”, “tarados”; com esses epítetos - e a foto do cartaz - continuava a divulgar imagens negativas de seus opositores, mesmo depois do processo judicial.

8 Pios eram uma espécie de apito, usados pelos “passarinheiros” para imitar os chamados de socorro dos pássaros, com a finalidade de atraí-los para suas armadilhas.

6. Considerações finais: A natureza, para Roessler

Roessler não era cientista, ou acadêmico, sua formação escolar foi até o terceiro ano ginasial, cursado no Colégio Nossa Senhora da Conceição, de 1910 a 1912, um dos melhores estabelecimentos de ensino do Estado na época, coordenado por padres católicos jesuítas, em São Leopoldo. No entanto, em função de seus cargos públicos e de interesse pessoal, lia muito sobre o tema da proteção à natureza, desde livros especializados até revistas de circulação nacional, como *Fauna, Caça e Pesca*, e *Chácaras e Quintais*, que divulgavam conhecimento sobre animais, plantas, agricultura, caça e pesca, de forma acessível ao grande público.

Roessler considerava a proteção à natureza um dever patriótico. Mais do que isso, era um dever religioso. A vida agitada nas metrópoles distanciava o homem do ambiente natural, e fazia com que ele se apegasse aos bens materiais, não tendo mais tempo para “cuidar de sua família”, nem de “procurar contato com a *mãe natureza* [grifo meu], que cura todos os males”. Com a “evolução da ‘razão do cérebro’” o homem conseguiu desenvolver tecnologias e expandir-se sobre a Terra, “mas todo este progresso foi conseguido pela destruição das riquezas naturais do universo, principalmente a devastação das florestas e o massacre dos animais silvestres, *seus irmãos de origem* [grifo meu]”. (“Bicho estúpido e feroz”, *CPR*, 13/10/1961). Aqui aparece o caráter religioso, sacralizante, da natureza de Roessler: ela era a mãe de todos os seres, e nós, seus filhos, bem como os animais e plantas: somos todos irmãos.

Na crônica “Religião e natureza” (*CPR*, 01/08/1958), Roessler lança um apelo aos educadores e também ao “único Poder capaz de salvar a nossa malograda fauna (...) o sentimento religioso do povo”. O Sacerdote ou o Mestre deveria “impregnar indelevelmente na alma do aluno a noção de que a natureza e seus indefesos seres são obra de um sábio e onipotente CRIADOR” e destruir “essa obra divina é um PECADO CONTRA DEUS”. Roessler acreditava estar à frente de uma “campanha moralizadora” que, para obter sucesso, precisava do apoio “das

Classes Educadoras (...) somente assim, numa *ação conjunta, educativa e repressiva* poderemos evitar o aniquilamento total dos animais silvestres [grifos meus]”. A ideia de união – ação conjunta – aparece já no nome da entidade que criou: União Protetora da Natureza; a educação era essencial para atingir o maior número possível de crianças e jovens; repressão para coibir os alunos a não repetirem as ações de seus pais. Na religião cristã, o crente deve temer a Deus, por isso não deve pecar. Roessler acreditava que, através da ameaça do “pecado contra Deus”, seria possível, talvez, conseguir cidadãos mais conscientes no futuro, que não se arriscariam a matar e comer passarinhos.

O discurso de Roessler estava afinado com o de seus contemporâneos. A discussão sobre a proteção da natureza estava presente em várias instâncias da sociedade; além de publicações especializadas, de acesso restrito, o tema era tratado no discurso político e na imprensa - local e nacional. Talvez, naquele contexto, faltasse alguém que conseguisse traduzir informações sobre o assunto para o grande público, de forma acessível, comovente e, muitas vezes, apaixonada, o que Roessler conseguiu suprir muito bem. Ao associar a proteção à natureza com nacionalismo, religião e educação, ele ganhou a simpatia de muitas pessoas, leitores do *Correio do Povo* em geral, como professores, agricultores, religiosos, entre outros.

Impulsionado primeiramente pela legislação ambiental publicada nos anos 1930, pelas posições que ocupou em sua trajetória, nos cargos de Delegado Florestal e Fiscal de Caça e Pesca, e, após, atuando como presidente da UPN, o trabalho de Roessler era calcado na educação, no nacionalismo e na religião. A tensão entre esses três elementos resultaria no cidadão consciente, capaz de manejar com sabedoria os recursos naturais, evitando seu esgotamento. Acreditando-se imbuído de uma missão, Roessler dedicou 24 anos de sua vida à proteção da natureza. Adaptou concepções correntes nos discursos da época em que viveu à realidade concreta, conhecida por ele, ao percorrer o Estado nas diligências fiscalizadoras. Conseguiu traduzir essa realidade aos seus conterrâneos, fomentando a proteção à natureza, através de campanhas educativas de amplo

alcance. Podemos dizer que o projeto de Roessler foi vitorioso, mesmo que a devastação tenha aumentado consideravelmente, desde os anos 1960.

Na minha opinião, ele foi *o maior divulgador da proteção à natureza do Rio Grande do Sul*. Ao lado do Padre Balduino Rambo, foi um dos mais importantes - e incansáveis - agentes neste sentido, no contexto dos anos 1930-60, ao colaborar para a criação de reservas naturais e com a exposição dos problemas ambientais do Estado, propondo soluções acessíveis aos seus contemporâneos, na tentativa de reverter o quadro de destruição. Utilizando todos os mecanismos disponíveis em seu campo de possibilidades (panfletos, palestras, crônicas), Roessler conseguiu chamar a atenção de muitas pessoas que, assim como ele - e por causa dele -, sensibilizaram-se com a necessidade de uma forte mudança nas condutas perante a natureza.

Fontes

ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 14/06/1951 (ML-RS).

A HORA. Voluntários do amor à natureza vão proteger nossa fauna e nossa flora. Porto Alegre, 06/03/1955 (MCSHJC).

BOSSLE, Vinícius. Entrevista à autora. Lomba Grande, 17/11/2010.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Código Florestal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.894, de 20/10/1943. Código de Caça. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=415862&seqTexto=1&PalavrasDestaque>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 29.093, de 8 de janeiro de 1951. Aprova o [Segundo] Regimento do Serviço Florestal. Disponível em: <http://www.fiscolex.com.br/doc_141428_DECRETO_N_29_093_8_JANEIRO_1951.aspx>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

JUS BRASIL. Diário Oficial da União. 25/03/1939. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acessos em datas diversas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria Ministerial nº 718. 22/11/1944 (BINAGRI).

ROESSLER, H. Crônica: Bicho estúpido e feroz. **CPR**. Porto Alegre, 13/10/1961 (AHRs).

ROESSLER, H. Crônica: As atividades da União Protetora da Natureza. **CPR**. Porto Alegre, 11/04/1958 (MCSHJC).

ROESSLER, H. Crônica: Em causa própria. **CPR**. Porto Alegre, 18/11/1960 (AHRs).

ROESSLER, H. Crônica: Religião e natureza. **CP**. Porto Alegre, 01/08/1958 (MCSHJC).

ROESSLER, H. Carta a Eslava Wild de Faria. São Leopoldo, 19/09/1955 (APHR).

ROESSLER, H. Ofício circular nº 4.635 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 15/05/1953 (AHMISA).

ROESSLER, H. Ofício Circular nº 5.326 a diversos Delegados Florestais. São Leopoldo, 24/01/1955 (APHR).

ROESLER, H. Telegrama enviado ao Serviço de Caça e Pesca, 15/03/1954 (APHR).

UPN. Estatutos. São Leopoldo, 1955 (MVSL).

UPN. Panfleto "Retrato de um tarado". São Leopoldo, s/data (AHRs).

Referências bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, nº 31 e 32, 1996, p. 328-52.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e Identidade Nacional no Brasil**, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e propaganda política**. E-book, Rocket Edition, 1999.

GERHARDT, Cleyton e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental; uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, vol. 8, n.2, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

PEREIRA, Elenita Malta. Um protetor da natureza: Trajetória e Memória de Henrique Luiz Roessler. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2011.

PRADO, Daniel Porciúncula. A figueira e o machado. Raízes da educação ambiental no sul do Brasil: práticas educativas e militância ambiental na perspectiva do cronista Henrique

Luiz Roessler. **Tese de Doutorado**. Rio Grande, PPG Educação Ambiental FURG, 2008.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. **Jogos de escalas: a experiência da micro análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ROESSLER, Henrique Luiz. **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

